

O AGENDA-SETTING E O DISCURSO CIRCULAR DA INFORMAÇÃO

Celso Mattos¹

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar o efeito de circularidade e uniformização do discurso jornalístico político. A análise tem como base a relação entre a imprensa e a Câmara Municipal de Vereadores de Londrina-Paraná. A fundamentação teórica utilizada para este estudo tem como suporte a Teoria do *Agenda-Setting* que defende a idéia de que o discurso midiático passa por um processo de agendamento, tornando-se circular e padronizado, ou seja, a mídia determina os discursos. A pesquisa mostra que a presença da mídia na sociedade contemporânea é cada vez maior, o que facilita sua interferência discursiva no campo político.

Palavras-Chave: *Agenda-Setting, Política, Imprensa, Circularidade*

1. INTRODUÇÃO

A influência dos meios de comunicação e, especialmente a imprensa diária, no agendamento dos interesses, preocupações, seleção e destaque, atribuído pela sociedade de um modo geral aos temas cotidianos, é há muito tempo motivo de discussões e debates. Ainda que de forma empírica e sem uma metodologia criteriosa que pudesse validar suas análises cientificamente, Theodore White já expressava em 1972, um dos pontos-chave da teoria do *agenda-setting*: o papel (ou função) de agenda dos meios de comunicação de massa.

Entretanto, a teoria do *agenda-setting*, com esta denominação, surge exatamente no início da década de 70, através de um estudo realizado pelos pesquisadores norte-americanos McCombs e Shaw que preconizava o papel da mídia na formação e mudança de cognições. Para alguns pesquisadores, o *agenda-setting* reforça a teoria dos efeitos ilimitados dos meios de comunicação de massa, enquanto que para outros, esta teoria vem justamente confirmar o contrário.

O pressuposto básico da teoria do agendamento é a capacidade que a mídia tem de determinar a agenda do público por meio do que destaca como prioridade. Para uma melhor definição é importante recorrer àqueles que formularam a hipótese em questão, os pesquisadores norte-americanos Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw (apud TRAQUINA, 2001). Para eles, a *agenda-setting* é capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, o que realça o seu papel na configuração da nossa realidade social. Ou seja, as pessoas criam um pseudo-ambiente a partir daquilo que é veiculado pelos meios de comunicação de massa.

A teoria do *agenda-setting* desenvolve-se a partir de um interesse geral pelo modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade circundante. A metáfora do *agenda-setting* é uma macrodescrição deste processo. Essa metáfora paira sobre certos pressupostos e interrogações específicos acerca do tipo de estratégias que os sujeitos utilizam ao estruturaram o seu próprio mundo. Por exemplo, a típica avaliação da agenda dos *mass media* – que articula os temas segundo as freqüências com que são mencionados – baseia-se no pressuposto de que a freqüência com que um tema ou um assunto aparece, é uma indicação importante utilizada pelos destinatários para avaliarem a sua importância. (McCOMBS apud WOLF, 2002, p. 165). A partir da teoria do *agenda-setting* (agendamento) será analisado o efeito circular do discurso entre a imprensa e a Câmara Municipal de Londrina (CML), mas precisamente como a imprensa agenda a Câmara e a Câmara agenda a imprensa. Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado em Comunicação, defendida em fevereiro de 2005, na UNESP/Bauru/São Paulo.

2. A CIRCULARIDADE DO DISCURSO NO CENÁRIO POLÍTICO

¹ Jornalista e Mestre em Comunicação pela UNESP-Bauru-SP (celsomattos@sercomtel.com.br)

Apresentamos a seguir uma análise realizada no 2º semestre de 2003, que tem como objetivo mostrar em níveis qualitativos como ocorre o agendamento pela imprensa escrita na Câmara Municipal. Em contrapartida, mostraremos também como o poder legislativo alimenta a pauta dos jornais **Folha de Londrina** e **Jornal de Londrina**. Para uma melhor compreensão do que será exposto, consideramos necessário um detalhamento minucioso da metodologia adotada nesta pesquisa.

O objetivo desse estudo sobre o agendamento na Câmara Municipal de Londrina foi basicamente qualitativo. O estudo aqui apresentado foi realizado de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003. Esse período foi escolhido porque coincide com o retorno das atividades do Legislativo municipal, após o recesso do mês de julho.

Para a coleta dos dados aqui apresentados foi realizado um acompanhamento diário nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais **Folha de Londrina (FL)** e **Jornal de Londrina (JL)** no período de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003, totalizando 122 edições de cada um dos jornais, o que correspondeu a um total de 244 edições. O objetivo desse acompanhamento foi selecionar as matérias veiculadas pelas editorias dos dois jornais que tiveram agendamento (direito ou indireto) nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara, que são realizadas duas vezes por semana: às terças e quintas-feiras. A verificação da inserção da matéria nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara foi feita com base na leitura das 38 Atas das (SO) realizadas nesse período e nas gravações em áudio das 38 (SO) da Câmara. Essa verificação foi realizada semanalmente durante os quatro meses e meio que durou a pesquisa.

Para mostrar como ocorre esse processo de circularidade do discurso na informação, selecionamos os seis temas que mais estiveram presentes na pauta dos jornais (FL) e (JL) e também nas (SO) da Câmara no período pesquisado. São eles: a municipalização da água cidade, a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos, a abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Cultura, a retirada dos artesãos das praças, a instalação da filial do hipermercado Wal-Mart em Londrina e a crise financeira na Sercomtel.

No dia 1º de agosto de 2003, os jornais (FL) e (JL) começaram a veicular matérias sobre o fim do contrato de 30 anos de concessão do serviço de água e esgoto entre o município e a Sanepar. O assunto agendou a (SO) da Câmara do dia 5/8 e retornou à pauta dos jornais no dia 6/8. A (FL) publicou nesta data, na página 2, editoria de **Cidade**, a matéria “Contrato da Sanepar toma conta de sessão da Câmara”:

O presidente da Casa, vereador Orlando Bonilha (PL), informou que vai pedir ainda esta semana a nulidade do Termo Aditivo nº 783/94, que prorroga por 30 anos o contrato firmado em 1973, entre a empresa e a prefeitura. O contrato inicial se encerra em janeiro de 2004².

Ainda sobre esse assunto, em 18/11, o (JL) publicou na página 5A, a matéria “Sanepar quer mais 30 anos de concessão”, que entrou na pauta da (SO) da Câmara na mesma data. No dia seguinte, 19/11, a (FL) veiculou na página 3, da editoria **Cidade**, a matéria “Posição da Sanepar gera polêmica na Câmara”:

O posicionamento da Sanepar, cujo procurador sustentou publicamente anteontem a validade do termo aditivo de renovação do contrato entre a empresa e o município de Londrina, acirrou a disputa entre Executivo e Câmara que têm adotado posições divergentes sobre a discussão da renovação do contrato³.

No dia 1º de agosto, os jornais (FL) e (JL) publicaram matéria sobre a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos, o tema repercutiu na (SO) da Câmara do dia 05/8, quando o vereador Tercílio Turini (PSDB) usou a tribuna no **Grande Expediente** para falar sobre o

² Trecho da matéria veiculada no dia 6/8, no jornal (FL), página 2, na editoria Cidade.

³ Trecho da matéria veiculada no dia 19/11, no jornal (FL), página 3, na editoria Cidade.

assunto. No dia seguinte, 6/8, o (JL) publicou na página 3A a matéria “Vereador critica falta de leitos para o SUS”, com foto do parlamentar:

O vereador Tercílio Turini (PSDB) disse ontem que o Paraná perdeu 4,7 mil leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos 11 anos. Presidente da Comissão Permanente de Seguridade Social da Câmara e médico plantonista do Hospital Universitário (HU) há 26 anos, o vereador disse ontem que só o aumento de leitos em UTI não vai resolver a crise na saúde pública⁴.

Em 1º/8 no (JL) e 3/8 na (FL), foi noticiado que os artesãos não aceitavam sair das praças Rocha Pombo e Floriano Peixoto, como havia determinado a Companhia Municipal de Trânsito de Urbanização (CMTU). O assunto entrou na (SO) da Câmara no dia 7/8, quando o vereador Carlos Bordin (PP) apresentou Projeto de Lei garantindo a permanência dos artesãos nas praças. Na edição do dia 13/8, a (FL) publicou a matéria “Artesãos protestam contra transferência”, que destacava a aprovação do Projeto:

A aprovação do projeto pela Câmara, porém, não garante a manutenção dos artesãos nas praças. Segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), o projeto de autoria do vereador Carlos Bordin (PP) é inconstitucional porque apenas o Executivo tem prerrogativa de autorizar a ocupação, através de concessão de alvará⁵.

A denúncia sobre possíveis irregularidades na prestação de contas nos projetos ligados ao Festival Internacional de Teatro de Londrina (Filo), publicada na (FL) na edição do 8/8, agendou a (SO) da Câmara no dia 19/8, quando o vereador Rubens Canizares (PHS) propôs a abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Cultura, acabou alimentando a pauta da imprensa por diversas vezes, dando grande visibilidade ao parlamentar, como mostra o título da matéria publicada no (JL), do dia 3/9, página 3A: “Canizares assume presidência da CEI”:

O autor das denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos destinado à Cultura, Canizares disse que serão chamados a depor o secretário municipal da Cultura, Bernardo Pellegrini e o Auditor da Prefeitura, Osvaldo Alves Lima⁶.

A edição da (FL) e (JL) do dia 9/10 publicou matéria que trazia uma entrevista com Sebastiana Maria Liz Wawalberg, responsável pelo setor imobiliário da Taveri Participações e Serviços, na qual a entrevistada dizia que o grupo Wal-Mart só abriria filial em Londrina caso pudesse se instalar no espaço do antigo ginásio de esportes Colossinho. A matéria agendou a (SO) da Câmara realizada na mesma data, quando o vereador Beto Scaff (PFL) criticou a posição da entrevistada. No dia seguinte, 10/10, o (JL) publicou a matéria “Codel⁷ quer discutir a vinda do Wal-Mart”, na qual destacava a posição do vereador:

Ontem à tarde na Câmara, o vereador Beto Scaff (PFL) criticou as declarações da representante Sebastiana Maria Liz Wawalberg, da imobiliária Taveri Participações e Serviços Ltda, sobre o interesse do Wal-Mart pela área do Colossinho. [...] Scaff alega que Sebastiana Liz também ofereceu o terreno a outro grupo supermercadista da cidade por um valor entre R\$

⁴ Trecho da matéria publicada no (JL), em 6/8/03, página 3A, editoria Cidade.

⁵ Trecho da matéria publicada na (FL), em 13/8/03, página 3, editoria Cidade.

⁶ Trecho da matéria publicada no (JL), do dia 3/9/03, página 3A, editoria de Cidade.

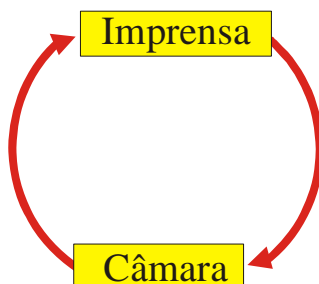
⁷ Codel – Companhia de Desenvolvimento de Londria.

3,5 milhões a R\$ 4 milhões. O vereador ainda questionou a existência de um projeto do Wal-Mart em Londrina⁸.

O nosso sexto e último exemplo é sobre a matéria veiculada na edição do (JL) do dia 4/12, página 3A - "Sercomtel: ASK! pode ser negociada ainda esta semana" - na qual o presidente da Sercomtel, João Rezende, dizia que estava negociando a venda da ASK! – Companhia Nacional de Call Center, coligada do grupo que estava acumulando uma dívida de R\$ 11 milhões. A matéria agendou a (SO) da Câmara do mesmo dia quando o vereador Tercílio Turini (PSDB) criticou a decisão do presidente da Sercomtel. As críticas do parlamentar pautaram a edição do (JL) do dia seguinte, 5/12, que trouxe na página 3A a matéria "Venda da ASK teria que passar pelo Legislativo":

O vereador Tercílio Turini (PSDB) disse ontem que a Sercomtel só poderia vender os 49% de ações que possui da ASK! – Companhia Nacional de Call Center, com a aprovação da Câmara de vereadores. [...] Na avaliação de Turini, a venda de qualquer patrimônio público precisa de autorização do Legislativo e apesar da ASK! ter sido criada sem autorização da Câmara, um erro não justificaria o outro⁹

Como podemos observar nesses seis exemplos apresentados, existe um processo de circularidade do discurso entre imprensa e Câmara. As matérias veiculadas pelos jornais (FL) e (JL) agendam as Sessões Ordinárias (SO) da Câmara e as conseqüências desse agendamento acabam pautando as edições dos jornais, em um movimento circular, como mostra a figura a seguir:



Além disso, esse efeito dá visibilidade não apenas ao poder Legislativo mas, principalmente, ao parlamentar que se posiciona sobre o tema veiculado pela imprensa. Podemos dizer que esse processo acaba, por conseqüência, agendando a opinião pública que consome o produto midiático. Ou seja, o público fica sabendo sobre as ações dos políticos pelo que a mídia torna visível.

Como observa Rodrigues (1997, p. 105), ao se encaixar nos assuntos de interesse da imprensa, os parlamentares ganham destaque nas páginas dos jornais, o que para eles é o mesmo que ter destaque na opinião pública e, também, uma forma de encurtar a distância que os separa. A imprensa agenda a Câmara porque agenda a opinião pública, que agenda a imprensa, que agenda a Câmara, que agenda a imprensa, que agenda a opinião pública, resultando em um fluxo comunicacional vicioso que coloca em xeque a atuação da imprensa, da política e, conseqüentemente, a própria democracia.

3. CONCEITOS DETERMINANTES DO AGENDA-SETTING

⁸ Trecho da matéria publicada no (JL), do dia 10/10/03, página 4A, editoria de Cidade.

⁹ Trechos da matéria publicada no (JL) do dia 5/12/03, página 3A, editoria de Cidade.

Como havíamos exposto anteriormente, o objetivo desta pesquisa foi fazer estudo sobre o processo de agendamento na Câmara em um período relativamente longo – um semestre de trabalho legislativo completo, analisando como ocorre através do agendamento o efeito circular do discurso. Os vereadores se espelham na imprensa porque acreditam que ela reflete os anseios da sociedade.

Um exemplo disso é que dos 46 temas noticiados pelos jornais e que tiveram agendamento nas (SO) da Câmara no período pesquisado, 41 (89,13%) foram publicados na editoria **Cidade** e apenas 5 (11,04%) foram veiculados pela editoria de **Política**. Isso mostra que os problemas referentes à cidade têm um poder de influência maior sobre os vereadores porque eles acreditam que esses problemas refletem os anseios da população.

No entanto, como coloca Rodrigues (1997, p. 96), a imprensa não é meramente uma representante da sociedade civil. Do mesmo modo que ela convive com a idéia de publicar o que é de interesse social, ela também tem seus próprios interesses como empresa capitalista. Ao mesmo tempo em que os vereadores têm a imprensa como referência para sua atuação política, a imprensa tem os parlamentares como fontes para sua produção jornalística.

Percebemos ao longo do período de levantamento da pesquisa uma significativa coincidência entre a pauta dos jornais e o que era discutido nas (SO) da Câmara. Ou seja, os vereadores tomam como base o que é divulgado na imprensa para fazer seus pronunciamentos e até mesmo propor Projetos de Lei. Verificamos também que quando o assunto permanece por semanas ou meses na pauta dos jornais, acaba voltando a agendar a Sessão da Câmara. Sobre isso, podemos citar como exemplos, o caso da municipalização da água, a CEI da cultura, a retirada dos artesãos das praças e a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos. Quando o assunto deixa de pautar os jornais, automaticamente desaparece das discussões dos parlamentares, como se o problema tivesse sido resolvido. Ele só retorna quando a imprensa volta a dar destaque, mesmo se tratando de problemas crônicos na cidade, como é o caso da falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos.

Essa forma de agendamento é, em parte, explicada pelos conceitos determinantes do *agenda-setting*, apontados por Wolf (2002) e Hohlfeldt (2001). As 46 matérias veiculadas pelos jornais apresentavam um efeito de **Acumulação**, considerando que foram noticiadas destacadas dos demais assuntos, às vezes com chamadas de 1ª página ou como manchetes de páginas internas. Além disso, 17 delas (36,96%) foram veiculadas pelos dois jornais, gerando um efeito de **Relevância** para a opinião pública e para os vereadores. Outros conceitos que verificamos foram os de **Centralidade** e **Tematização**, que se caracterizam pela capacidade da imprensa de noticiar os desdobramentos do assunto em forma de *suíte*¹⁰ ou múltiplos enfoques na tentativa de manter a atenção do receptor. A **Focalização** também foi visível porque os jornais usavam recursos de editoração para enfatizar a importância do tema, como fotos, chapéus¹¹, *box*¹², linha fina¹³ e chamadas de 1ª página.

O conceito de **Saliência**, que segundo os autores, caracteriza-se pela valorização individual dada pelo receptor ao tema noticiado, concretizou-se no agendamento que as notícias tiveram sobre os vereadores. Sobre isso é importante destacar um dado importante que verificamos na pesquisa: os vereadores são mais facilmente agendados pelos temas que lhes atingem diretamente de acordo com sua ocupação fora da Câmara. Por exemplo, a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos agendou mais o vereador Tercílio Turini (PSDB), considerando que ele é médico plantonista do Hospital Universitário; a disputa imobiliária do espaço do antigo ginásio de Esportes Colossinho, onde o hipermercado Wal-Mart quer abrir sua filial em Londrina, agendou principalmente o vereador Beto Scaff (PFL) que é empresário do setor imobiliário. A matéria sobre a decisão da reitora Lygia Puppato da Universidade Estadual de Londrina (UEL) de proibir a venda e consumo de bebidas alcoólicas no Campus agendou os vereadores Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) e Paulo Arildo (PSDB). O primeiro é administrador e fundador do Movimento Cristo Te Ama (Cristma) que trabalha na recuperação de dependentes químicos, e o segundo é pregador da Renovação Carismática Católica.

¹⁰ Relato dos desdobramentos de um fato jornalístico já noticiado.

¹¹ Palavra ou expressão curta que aparece acima do título da matéria para caracterizar o assunto.

¹² Texto complementar de uma matéria. Na edição, deve ficar graficamente associado ao texto principal.

¹³ É a linha que forma uma frase usada para dar informações adicionais ao título da notícia.

Como observa Rodrigues (2002, p.123), a impressão que fica é que os vereadores vêm a imprensa como uma representante da sociedade civil e, por isso, acabam se guiando por ela porque acreditam que a mídia – por estar em contato com o povo - reflete fielmente os anseios e dúvidas da sociedade. O problema é que a imprensa não é meramente uma representante da sociedade civil. Como argumenta Kucinski (1998, p.17), no Brasil a imprensa desempenha um papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites.

Rodrigues (2002, p.106) lembra que, no entanto, não podemos correr o risco de cair na visão dos apocalípticos frankfurtianos, segundo a qual a mídia reforça os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. Não se pode esquecer que setores da opinião pública estão aprendendo a agendar a imprensa. Entretanto, na sociedade contemporânea a imprensa se apresenta como uma elite do poder porque, hoje, a informação se constitui em um princípio de hierarquização social tão importante como a propriedade. Os jornalistas e suas fontes contribuem conjuntamente para articular e definir os contornos da sociedade da informação, reproduzindo as estruturas do poder e do saber (TUCHMAN apud SERRANO, 1999, p.1). Através de processos de seleção e de enquadramentos, a imprensa orienta a opinião pública e estabelece a agenda dos consumidores de informação. O público fala dos assuntos de que falam os meios de comunicação.

É partir deste contexto que Traquina (2001, p. 13-47) defende que é crucial sublinhar as conclusões de inúmeras pesquisas sobre o conceito de agendamento que vêm destacar a redescoberta do poder midiático sobre o receptor. Nesse sentido, o *agenda-setting* se constitui em um importante instrumento para o estudo entre comunicação e política, considerando que, hoje, os políticos são altamente influenciados pela imprensa, como demonstrou esta pesquisa. Além disso, observamos também uma interdependência entre o campo midiático e o campo político, que se caracteriza na retroalimentação do fluxo informacional. A exemplo do que observa Champagne (1998, p.234), a imprensa impõe ao campo político uma hierarquia dos temas que este último reconhece como importante, assim como também colabora para sua produção.

Outro dado observado durante a pesquisa foram as diferentes formas de agendamento dos temas nas (SO) da Câmara. O estabelecimento de agenda ocorreu de três formas: 1ª) o vereador comentava o tema veiculado pela imprensa, mas não fazia nenhuma referência a ela diretamente; 2ª) o parlamentar dizia “eu li na imprensa” ou “como noticiou a imprensa”; e 3ª) ele citava diretamente a fonte, ou seja, o nome do veículo em que a notícia havia sido publicada. Como não encontramos na teoria do *agenda-setting* estudos que apresentassem essas diferentes categorias de agendamento, resolvemos classificá-las de **direta** e **indireta**, pois não poderíamos enquadrá-las da mesma forma. Consideramos agendamento direto quando o vereador citava a imprensa ou especificava o veículo e agendamento indireto quando ele se referia ao tema, mas fazia nenhuma referência à imprensa. Nesse caso, das 46 notícias que agendaram as (SO) da Câmara no período da pesquisa, 29 (63,04%) tiveram agendamento indireto e 17 (36,96%) tiveram agendamento direto.

A pesquisa revelou também que existe uma pauta de consenso entre os dois jornais pesquisados. Das 46 matérias, 16 (34,78%) foram veiculadas pelos dois veículos, o que denota um agendamento pela própria mídia, revelando um movimento circular da informação. Sobre isso, Bourdieu (1997, p.67) pede para o leitor fazer um teste: observar as capas dos jornais durante 15 dias e perceber que são iguais. Os jornais passam boa parte do tempo citando-se uns aos outros e o acirramento de concorrência faz com que se pautem mutuamente. Essa também é uma característica abordada pela teoria do *agenda-setting* que merece estudo à parte: como a mídia pauta a mídia.

No entanto, na visão de Bourdieu a informação que chega ao receptor é homogeneizada, pois todos os veículos de comunicação sofrem as mesmas restrições, são orientados pelas mesmas pesquisas de opinião e audiência e têm os mesmos anunciantes. Os jornalistas se informam com os outros jornalistas. Os jornalistas da mídia impressa e eletrônica trocam informações entre si para saber o que eles vão destacar como notícia da pauta da Sessão Ordinária da Câmara. No dia seguinte todos os veículos abordam o mesmo tema, excluindo os demais discutidos durante a sessão.

No documentário brasileiro “Janela da Alma”¹⁴, diversas pessoas que têm deficiência visual são convidadas para explicar a forma como “enxergam” o mundo. Dentre os depoimentos, o diretor de cinema Win Wenders afirma que seus óculos são como uma moldura do mundo, ou seja, tudo o que ele vê é enquadrado por essa moldura. De certa forma, é assim que os jornalistas vêem o mundo. Para Bourdieu, os jornalistas, condicionados pelas propensões inerentes à profissão, pela visão de mundo, pelo tempo, pela sua formação, pela lógica da profissão e por suas disposições, selecionam na realidade aquilo que acreditam ser notícia.

Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado (BOURDIEU, 1997, p.25).

Sobre essa pauta consensual Kucinski (1998, p.23) acrescenta que a definição de agenda é um caminho para a construção de consenso no sistema midiático. Na visão do autor, é mediante a inclusão ou exclusão de itens na agenda que se inicia a construção do consenso nos meios de comunicação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados podemos dizer que a imprensa tem a capacidade de agendar componentes da atividade parlamentar. Como havia constatado por McCombs e Shaw nos estudos sobre o *agenda-setting*, os políticos criam situações para chamar a atenção da imprensa e tentam fazer parte da agenda midiática pela seleção de prioridades que também acabam sendo eleitas pela imprensa, gerando uma influência mútua entre as agendas. Ao se encaixar nos assuntos de interesse da imprensa, os vereadores ganham destaque nas páginas dos jornais, o que para eles, é o mesmo que ter destaque para a opinião pública e uma forma de encurtar a distância que os separa.

A imprensa agenda temas para o Legislativo que influenciam as ações dos vereadores através de pronunciamentos, requerimentos, projetos de lei e abertura de Comissão Especial de Inquérito (CEI); agenda temas para discussão em Comissões Permanentes e produz a circularidade da informação visto que temas que foram veiculados pela imprensa agendaram a Câmara e voltaram a agendar a imprensa novamente, levando a uma uniformidade no discurso jornalístico.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOHLFELDT, A., MARTINO, L. e FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**, Petrópolis: Vozes, 2001.
- KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- RODRIGUES, M. R. **Imprensa, Congresso e Democracia**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Nacional de Brasília (UnB), em 1997.
- _____. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTTA, L.G. (org.) **Imprensa e poder**. Brasília: UnB, 2002.
- SERRANO, Estrela. **Jornalismo e elites do poder**. Revista eletrônica Ciberlegenda, do curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, n. 12, 1999: www.uff.br/mestcii/estrela.htm. Acesso: 10/01/2004.
- TRAQUINA, N. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da evolução da pesquisa sobre o conceito e agendamento (*agenda-setting*). In: _____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 7ª edição, Lisboa: Presença, 2002.

¹⁴ Janela da Alma. Dr. João Jardim e Walter Carvalho. Brasil, Copacabana Filmes, 73 min., 2002.

